

TERRITÓRIOS RURAIS EM JÚLIO DE CASTILHOS – RS: DA PECUÁRIA EXTENSIVA À AGRICULTURA FAMILIAR¹

RURAL TERRITORIAL IN JÚLIO DE CASTILHOS- RS:
EXTENSIVE LIVESTOCK TO FAMILY FARMING.

Vinicius Silva Moreira²

César De David³

RESUMO

O município de Júlio de Castilhos sofreu transformações significativas em seu espaço rural nas últimas décadas. Isso ocorreu devido à retração do latifúndio, domínio da pecuária extensiva, em favor da agricultura moderna da soja. A fragmentação parcial dos criatórios de gado e sua reestruturação ocorreram através de três formas predominantes: o arrendamento, a venda das propriedades e a desapropriação das terras improdutivas, realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, pois não estavam exercendo sua função social. Os assentamentos rurais possibilitaram a introdução e o desenvolvimento da agricultura familiar no Município e conseqüentemente a diversificação da produção agrícola. Compreender os processos responsáveis pela dinâmica do espaço rural do Município e os conflitos decorrentes, no período entre 1960 a 2007, analisando as transformações produtivas, fundiárias e socioeconômicas responsáveis pela formação dos territórios rurais constituem os objetivos desta pesquisa. A metodologia é analítica-descritiva, fundamentada em trabalhos de campo, através de observações e entrevistas com os agricultores e proprietários rurais, além de outros informantes qualificados.

Palavras-chave: Latifúndio Pastoril, Agricultura Empresarial, Territorialização, Assentamentos Rurais e Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The city of Júlio de Castilhos underwent significant changes in its rural areas in recent decades. It was due to retraction of latifundia, area of extensive livestock farming in favor of modern agriculture of soybeans. The farms' partial fragmentations of livestock and its restructuring occurred through three main forms: the lease, sale of property and the expropriation of unproductive land held by Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, because they were not performing its social function. The rural settlements enabled the introduction and development of family farming in the city and therefore the diversification of agricultural production. The objective of this research is to understanding the processes responsible for the dynamics of rural areas of the city and the conflicts arising in the period 1960 to 2007, examining the processing production, land and socioeconomic responsible for training of rural

ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 11, v.3, n.20, 2º semestre de 2009. p. 128-148.

www.geouerj.uerj.br/ojs

areas. The methodology is analytical, descriptive, based on fieldwork, through observations and interviews with farmers and landowners, and other qualified informants.

Keywords: Large pasture, Agriculture Business, Territorialization, Family Farms and Rural Settlements.

INTRODUÇÃO

O município de Júlio de Castilhos sofreu transformações significativas em sua produção primária nas últimas décadas. Tal fato foi possível face à subutilização das terras da pecuária decorrente da forma extensiva de exploração que caracteriza o latifúndio pastoril, que cedeu parte de sua área para a produção agrícola moderna. Assim, ocasionando a fragmentação parcial dos criatórios de gado e forçando a sua reestruturação espacial, ou seja, a atividade pecuária cede áreas. Em geral, há três formas de cessão dessas áreas, um é o arrendamento, o outro é de compra e venda das propriedades, e o terceiro caso, é a desapropriação, feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, das áreas ociosas que não estão exercendo sua função social.

Por outro lado, a ocupação de terras antes ociosas ou subutilizadas, através dos assentamentos rurais possibilitou a introdução e o desenvolvimento da agricultura familiar no município e a conseqüente diversificação da produção agrícola.

Dessa forma, verificou-se, no Município, uma desconcentração no uso da terra, que foi possível porque a lavoura empresarial, para se expandir, necessita de terras com características adequadas para a sua produção e uma parcela destas terras se distribui nas áreas ocupadas predominantemente pela pecuária, e o outro fator foi com a inserção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que promoveu a fragmentação de alguns latifúndios, através da luta pela terra. Verifica-se, assim, uma reorganização no uso do solo através da pecuária, da agricultura empresarial e da agricultura familiar em áreas antes tradicionalmente caracterizadas pelo latifúndio pastoril.

A presente pesquisa analisou as transformações do espaço rural e seus reflexos econômicos em Júlio de Castilhos – RS, bem como verificou as mudanças ocorridas no setor agrícola do município. Escolheu-se como escala temporal o período de quarenta anos, de 1960 a 2000, tendo como objetivo a verificação das transformações agrárias na sociedade rural e o desenvolvimento local, bem como observou a utilização do solo e suas principais culturas, que visam dinamizar o município em estudo.

O Município de Júlio de Castilhos apresenta-se como um importante pólo produtivo no setor agropecuário, com ênfase, na criação de gado de corte, da raça Charolês⁴ de origem francesa e a cultura da leguminosa soja. Entretanto, a diversificação da produção agrícola ocasionou a redução parcial dos criatórios de gado e, conseqüentemente, dividiu o espaço com outras atividades, sejam pecuárias (ovinos, gado leiteiro), quanto agrícolas (soja, milho, trigo, hortaliças e frutas).

A área ocupada com a lavoura empresarial tem uma característica especial, com o cultivo de soja ou milho no verão e o cultivo do trigo, aveia ou azevém no inverno, assim, empregando a técnica da rotatividade dos cultivos anuais, sem que haja uma monocultura. Esta técnica está associada à adubação química, utilização de agrotóxicos e forte mecanização (colheitadeiras, tratores, ceifadeiras, arados, etc.), seguindo o modelo da modernização da agricultura.

Dessa forma, transformou-se o meio rural do Município, diversificando os sistemas agrícolas, alterando-se as relações de trabalho, as técnicas de produção e a estrutura das propriedades, cuja implantação deve-se à política nacional do governo militar, nos anos 70, em que incentivou a agroexportação (Empresa rural) através de financiamentos, deixando em segundo plano a agricultura familiar, não somente em Júlio de Castilhos, mas nos demais Municípios brasileiros.

1 – CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO

Júlio de Castilhos, teve sua origem ligada a existência de uma das primeiras reduções jesuíticas que se tem notícia, mesmo antes dos Sete Povos das Missões.

Esta redução jesuítica era denominada de Redução da Natividade e datava-se de 1633. Localizava-se a dez quilômetros ao sul da usina da cascata do Ivaí, no atual Município de Pinhal Grande que era o IV distrito de Júlio de Castilhos. Ressalta-se que em abril de 1635 a redução jesuítica espanhola “Natividad del Nuestra Señora” contava com mais de oitocentas famílias indígenas do grupo Tapes. (COSTA, 1991)

Por ser um local longínquo da civilização do Prata, Buenos Aires e Montevideú, que eram as principais cidades da época, por localizar-se em uma vasta área de difícil acesso, somada às epidemias que reduziam drasticamente a população indígena e ao surgimento dos bandeirantes que capturavam os índios com a finalidade de vendê-los como escravos no sudeste brasileiro. A continuidade da Redução da Natividade foi insustentável. Ela findou-se em 1638 e seus remanescentes migraram para outras áreas mais ao sul, para a atual República Oriental do Uruguai. (COSTA, 1991)

Os índios remanescentes com o auxílio de padres jesuítas dirigiram-se ao Norte das Províncias do Prata, atual Província de Corrientes na Argentina. Eles passaram a outra margem do Rio Uruguai e formaram em 1660 a 1690 os Sete Povos das Missões, ao Noroeste do atual Estado Gaúcho.

Após um século de desocupação do centro do Estado Gaúcho, famílias vindas da Província de São Vicente, atual estado de São Paulo, começaram a povoar o centro da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em fins do século XVIII, e início do século XIX. Essas famílias tinham a finalidade de povoar e colonizar o sul do vasto território brasileiro e, também, praticar uma pecuária, pois haviam milhares de cabeças de gado bovino que ficaram desgarrados das grandes estâncias dos Sete Povos das Missões, após sua destruição pelas Guerras Guaraníticas e invasão dos Bandeirantes.

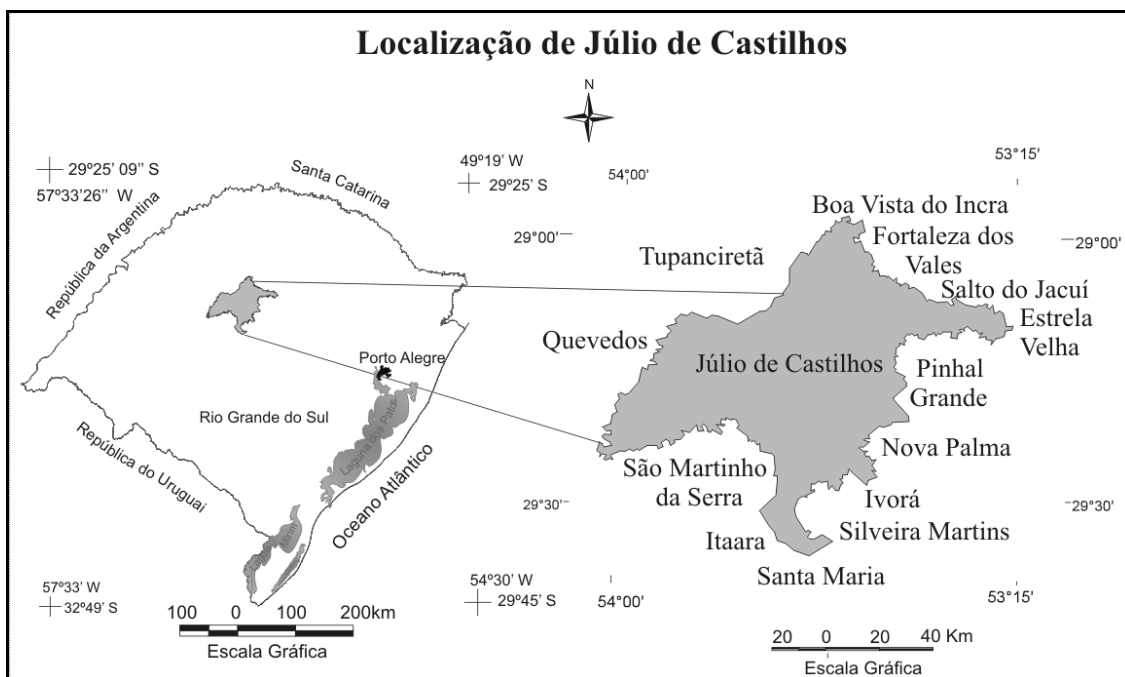
Dessa forma, o pequeno povoado chamado Vila Rica, no centro do Rio grande do Sul, foi crescendo com a prática da pecuária, e anos mais tarde,

com a queda da Monarquia no Brasil e a implantação de uma nova República, a Vila foi elevada a Município, recebendo o nome de seu ilustre filho, Júlio de Castilhos. (COSTA, 1991)

O Município de Júlio de Castilhos está situado no centro do Estado do Rio Grande do Sul no Extremo Sul do Brasil, com uma latitude de 29°13'39" Sul do Equador e uma longitude de 53°40'38" Oeste de Greenwich. O centro do perímetro urbano da cidade está sobre uma coxilha do planalto basáltico sul-rio-grandense a uma altitude média de 514 metros do nível do mar. Mapa 01.

Conforme a localização geográfica, o município localiza-se em uma região subtropical, com quatro estações bem definidas, e com temperatura anual média de 18°C e precipitações bem distribuídas durante o ano, situado entre as nascentes dos rios Toropí e Ivaí, no topo do planalto basáltico meridional sul-rio-grandense.

As precipitações pluviométricas ocorridas no município de Júlio de Castilhos são canalizadas para duas bacias hidrográficas. Ao leste as águas pertencem à bacia do Rio Ivaí, afluente do Rio Jacuí, o qual deságua na Lagoa dos Patos; e as águas ao oeste de Júlio de Castilhos dirigem-se ao Rio Toropí sendo afluente do Rio Ibicuí, e este afluente do Rio Uruguai, que irá desaguar no Estuário do Prata.



Mapa 01 - Localização do Município de Júlio de Castilhos – RS
 Fonte: Trabalho de Laboratório desenvolvido no GPET.

A área atual do Município é de 1.964,09 Km², onde 0,73% corresponde ao perímetro urbano que é de 14,5Km², e sua área rural compreende 1.949,59Km², ou seja, 99,27% da área municipal. Segundo FIBGE (2000), Júlio de Castilhos tem uma população de 20.416 habitantes, bem como uma densidade populacional de 10,39 hab/Km².

Embora Júlio de Castilhos seja considerada uma cidade de pequeno porte, ela tem relevância para a economia gaúcha, em razão da expressiva produção agrícola, pois um total de 63% da economia do Município esta baseada no setor primário que corresponde a um valor adicionado de R\$ 50.766.859,34 do Produto Interno Bruto (PIB) de Júlio de Castilhos, sendo que os 37% deve-se ao setor terciário. (FIBGE, 2000)

A área ocupada pela agropecuária é de 188.000 hectares, a qual equivale a 95,73% da área do município. Destaca-se que a agricultura ocupa, atualmente, 68.530 hectares correspondendo a 34,89% da área municipal. Esta área ocupada pela agricultura corresponde a lavouras permanentes e temporárias. As permanentes perfazem 0,27% das áreas, ou seja, apenas 530

hectares. Por sua vez, as lavouras temporárias, ocupam 68.000 hectares ocupando 34,62% do espaço agrícola do Município.

As áreas de pecuária somam 119.470 hectares, ou seja, 61,28% do espaço rural do Município. As pastagens naturais são predominantes, ocupando 95.000 hectares, ou seja, 50,54% da área. Já, as pastagens cultivadas perfazem um total de 15.000 hectares, ocupando 7,98% da área destinada a pecuária.

Destaca-se também que a área municipal sem exploração econômica, corresponde a 9.470 hectares, ou seja 5% da área do município, uma vez que a mesma é inaproveitável por apresentar o sítio urbano, matas, rios e reservas. O Município em estudo, apresenta 1598 propriedades rurais, com área média de 117,64 hectares. Entretanto essa média distorce a realidade, pois oculta os latifúndios pastoris. A mão-de-obra ocupada nos estabelecimentos agropecuários é de 3.587 pessoas, correspondendo a 17,56% da população.(FIBGE, 2000)

2 – METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa permitiu delinear as técnicas e culturas desenvolvidas no meio rural, permitindo analisar o nível da produção e da diversificação das atividades, visando as alternativas para o desenvolvimento local.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de bibliografias existentes sobre os assuntos relevantes à investigação, descrevendo-se o contexto das transformações produtivas e das relações sociais.

O trabalho de ordem qualitativa supõe o contato direto e contínuo do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada por um trabalho intensivo de campo.

Os dados coletados são predominantemente descritivos. O material obtido nessas pesquisas é rico em descrições de pessoas, citações, acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Citações são freqüentemente usadas para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista. Todos os dados da realidade são importantes. (LUDKE & ANDRE, 1986, p. 12)

Primeiramente foram coletados dados secundários, através de consultas aos órgãos públicos, como FEE, IBGE e INCRA, possibilitando uma análise ampla da situação socioeconômica existente no município de Júlio de Castilhos. Posteriormente, realizou-se saídas de campo onde foram analisadas as atividades agropecuárias existentes, sendo avaliados os aspectos selecionados.

Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas para a obtenção de dados mais precisos para a pesquisa. A entrevista pode ser definida como uma técnica onde o investigador apresenta-se frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obter os dados que interessam à pesquisa. Sendo esta uma das técnicas mais utilizadas no âmbito das ciências sociais.

Segundo Gil (1999), à medida que o pesquisador conduza com habilidade a entrevista por pautas, e seja dotado de boa memória, poderá, após seu término, reconstruí-la de forma mais estruturada, tornando possível a sua análise objetiva.

A presente pesquisa foi estruturada sobre o método indutivo, uma vez que, o estudo partiu do município de Júlio de Castilhos abrangendo o Estado do Rio Grande do Sul. Coletando e analisando informações que foram estudadas na transformação do espaço rural e seus reflexos econômicos e sociais.

3 – FUDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os municípios gaúchos, tanto nos seus setores agrícola quanto pecuário sofreram consideráveis transformações, ou seja, seus objetivos cada vez mais vinculados ao mercado exterior. Desta forma, a produção tem uma nova finalidade, isto é, um modelo agroexportador. Por outro lado, a pecuária extensiva considerada tradicional apresenta significativa diminuição provocada, principalmente, pelo incentivo governamental empregando a tecnologia no campo brasileiro. Com isso, nota-se que, o setor agrário gaúcho, recebe altos

investimentos na agroexportação, deixando em segundo plano a pecuária e a agricultura familiar.

A visão empreendedora no agrário gaúcho, refletido em um futuro aumento de produtividade, colocando a agricultura empresarial com ênfase sobre a pecuária é algo já presente no início do século passado, pois Kliemann (1986, p. 81) nos traz que:

Em 1908, a opinião do secretário da Fazenda do RS era que: A roça apresenta a terra amanhada, gorda, mas limita o trabalho do homem, estreita, dá pequenos lucros. Na vida agrícola, para vencer, não basta hoje ter músculos e ter vontade, é preciso espírito progressista e fazer uso dos aparelhos que centuplicam a produção animal. Precisamos pois fugir dos matos para os campos. Carreguemos o húmus das florestas para fertiliza-las e preparemos os adubos químicos apropriados para aumentar a sua produtividade. Roteemos a vapor, os campos que não se prestarem à indústria pastoril, cavemos fundos micos na terra, substituamos saraquá pela semeadora, substituamos em regra, os nossos braços por máquinas e não teremos mais que comprar aos vizinhos os alimentos que as nossas terras e o nosso clima podem dar-nos na quantidade precisa.

Tudo isso, culminou e efetivou-se a partir de um forte incentivo governamental, ocorrido principalmente nas décadas de 70/80 (Milagre Econômico), para a produção da agricultura visando a agroexportação, assim, supostamente, trazendo divisas para o Brasil.

Para ser implantada essa nova ordem no campo brasileiro; o país foi passível de um modelo na sua agricultura, esse modelo, o modelo agroexportador, no princípio de sua implantação não atendeu todas as regiões. Posteriormente, algumas regiões atendidas com a modernização tinham disparidades internas, ou seja, algumas microrregiões com alta tecnologia e outras áreas circunvizinhas deficitárias de modernização. Reforçando essa discussão, Mesquita; Gusmão (1977, p.64), nos dizem que:

No Brasil a modernização da agricultura se apresenta com grandes desequilíbrios espaciais, já que se restringe, praticamente, às Regiões Sudeste e Sul, ficando grandes extensões territoriais posicionadas abaixo da média nacional de modernização. Mesmo nas áreas modernizadas são elevadas as disparidades internas e é justamente o fato de existirem microrregiões com índices muito expressivos de modernização que explica a presença de uma vasta área não modernizada, quando se aprecia a melhoria das atividades agrárias relativamente a valores médios em termos nacionais.

Dessa forma, sendo empregada a modernização na agricultura, existiu um retorno financeiro em curto prazo, uma vez que, a agricultura necessita de menor tempo que a pecuária para ter seu produto final, conseqüentemente, o lucro era maior e mais rápido. Com isso, a relegada pecuária tradicional ou extensiva fica destinada ao deficitário abastecimento interno nacional.

Logo após, a modernização da agricultura extravasou as Regiões Sudeste e Sul, chegando ao Centro-Oeste brasileiro, devido às novas frentes de colonização e expansão agrícolas. Assim, esse novo modelo capitalizou o setor agrário do Brasil central (Pantanal e Cerrado), com isso, chegando a pecuária desta Região.

Portanto; a capitalização da pecuária do Centro-Oeste do Brasil veio ao confronto dos interesses da pecuária Sul – Riograndense, pois como salienta David (1995, p. 55), “...com o padrão exportador, houve a possibilidade de formação de um mercado de altas rendas para a carne gaúcha, todavia a concorrência com a produção do Centro-Oeste reduziu o mercado interno da carne gaúcha”. Somando-se a esse mau momento da pecuária sulista, a concorrência dos países latinos à pecuária extensiva só veio a acentuar a crise nesse setor. Neste sentido, Brum (1988, p. 30) expõe que:

... a pecuária nunca esteve nas prioridades da política econômica governamental, nem no Rio Grande do Sul. Sempre considerada uma atividade secundária, complementar do eixo econômico São Paulo – Rio de Janeiro – Minas Gerais. Este fato explica o atraso zootécnico... da pecuária Sul – Riograndense em relação à Argentina e Uruguai, pois nestes países a pecuária sempre integrou os projetos econômicos nacionais o que estimulou seu constante aperfeiçoamento técnico.

Considerando que a pecuária extensiva de bovinos tem tradição na economia gaúcha, conforme se destaca esta preferência, pois a criação de bovinos ocupou um espaço significativo gerando condições econômicas futuras através da criação de gado tanto intensiva como extensiva e, ao contrario da agricultura, não requereu para si um trabalho intensivo de mão-de-obra.

Neste contexto, a agricultura se insere no desenvolvimento econômico, a partir de um intenso processo de modernização, que aponta melhoria quantitativa e qualitativa da produção.

Assim, em acordo com David (1995, p. 28) pode-se dizer que:

... a possibilidade de rotação da soja com outras culturas, sobretudo o trigo, originando o binômio trigo/soja em regime de consórcio. Essas culturas foram consorciadas devido as suas características sazonais e a presença de uma intensa modernização inserida no processo de cultivo.

A modernização da agropecuária no Rio Grande do Sul iniciou via mecanização da lavoura gaúcha em áreas tradicionalmente, pertencentes à pecuária extensiva e em estabelecimentos de porte considerável, mesmo assim, isso representa obtenção de lucros por partes dos proprietários rurais.

Consideramos como lavoura empresarial, conforme comentários feitos pela FEE (1978, p.88):

A lavoura empresarial é aquele segmento produtivo que, pautado por relações capitalistas de produção do trabalhador, visa a continua valorização do capital para dar prosseguimento ao processo de acumulação, mediante a ampliação dos recursos técnicos (maquina, implementos, fertilizantes, agrotóxicos, etc.) e do emprego da força do trabalho permanente e temporária usando para a efetividade desta combinação terra própria e arrendada.

Portanto, segundo Graziano da Silva (1978, p. 91) nos passa que: “a expansão da pecuária nos últimos anos está bastante vinculada à afirmação do modo capitalista de produção na agricultura”.

Assim pode ser observado que, tanto a agricultura empresarial quanto à pecuária extensiva, ambas, sempre tiveram destaque no cenário agrário Castilhense; uma por possuir o fator capital em forma de financiamento/subsídios e outra por possuir o fator terra. Dessa forma a agricultura familiar não somente no município em estudo mas em todo o Brasil, sempre foi colocada em segundo plano, relegada das políticas de auxílio e financiamento. Isto poder ser confirmado nas palavras de Tambará (1983, p. 20):

O setor agrícola constitui, pois; um elemento-chave no modelo econômico brasileiro na medida em que é um dos principais captadores de divisas para a nação. Assim, nota-se que os produtos incentivados pelo governo neste setor são aqueles destinados á exportação em detrimento daqueles destinados ao consumo interno, como feijão, milho, mandioca, etc.

Nos anos 80/90 essa realidade adquiriu outra concepção, mesmo com uma relutância da sociedade local, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) através de sua luta, ocupou, desapropriou e territorializou quatro latifúndios em Júlio de Castilhos. Com isso, são impressas novas configurações no espaço agrário, uma nova realidade na dinâmica das relações locais e uma nova paisagem formada pela diversificação do agrário.

Os assentamentos rurais confirmam a agricultura familiar em Júlio de Castilhos, lutando pelo direito de sua manutenção e subsidiando os alimentos para a sede municipal. Conforme ressalta Gorender (1994, p. 41):

Recentes pesquisas empíricas bem fundamentadas vêm demonstrando a extraordinária vitalidade do desenvolvimento da agricultura brasileira por via da pequena exploração familiar, ... essa é que garante a maior parte do abastecimento alimentar das populações urbanas.

Desta forma, encontra-se em Júlio de Castilhos uma notável produção primária, com três configurações distintas do seu agrário; pois compreende a produção de grãos (sobretudo a soja), a pecuária de corte com um excelente plantel e, a diversificação da policultura embasada na agricultura familiar. Todas estas características do local em estudo são melhores quantificadas e avaliadas no subtítulo seguinte.

4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS

O setor primário no município de Júlio de Castilhos tem grande importância para a economia local, tendo o rebanho bovino como de maior destaque. No entanto, é expressiva também a participação do rebanho de ovinos, suínos e eqüinos, porém estes rebanhos têm um caráter complementar.

Na década de 1960 os bovinos totalizavam 113.991 cabeças, aumentando para 163.471 cabeças em 1970. Já na década de 1980, houve um crescimento no rebanho, de 2.780 cabeças, totalizando 166.251 cabeças. Destaca-se que mesmo com a falta de incentivo governamental voltado para o setor pecuário e um certo abandono dos pecuaristas, em benefício dos financiamentos voltados para a agricultura capitalista, a pecuária de bovinos

continuava em leve ascensão até a década de 1990, onde alcançou a marca de 168.944 cabeças. Em 2000 o criatório bovino era formado de 125.334 cabeças. Ocorrendo um declínio de 47.185 cabeças bovinas em apenas dez anos. Com a introdução da mecanização da lavoura e de políticas agrícolas intensificou-se, na última década, a agroexportação de grãos.

Assim, considera-se que Júlio de Castilhos passou a fazer parte da nova realidade do Rio Grande do Sul, fruto de uma transformação alicerçada no novo perfil agropecuário, ou seja, baseado no modelo agroexportador.

No entanto, mesmo com a queda da pecuária de bovinos e aumento significativo da agricultura de soja e do milho no verão, e do trigo, aveia e azevém no inverno, a prática da pecuária continua relevante no município, devido à qualidade genética de seu plantel, premiado em várias feiras agropecuárias nacionais e internacionais.

A pecuária de ovinos também teve declínio significativo, nos últimos trinta anos, sendo que na década de 1960 o município possuía 47.839 cabeças, nessa década houve um crescimento de 28.926 cabeças, assim na década seguinte, o município de Júlio de Castilhos contava com 76.765 cabeças, dez anos após, na década de 1980, possuía 64.987 cabeças percebendo-se, assim, uma redução de 11.778 cabeças de ovinos do rebanho Castilhense. Tal fato ocasionou forte tendência em utilizar essas áreas com a agricultura comercial e também pela falta de hábito da população, em consumir a carne ovina. Na década de 1990, o Município teve outro pequeno declínio da produção ovina, decrescendo para 60.905 cabeças, com uma diminuição de 4.082 animais. Salienta-se que tal fato se repete pois, após dez anos, na década de 2000 a pecuária ovina sofreu outro grande e significativo declínio na sua produção, diminuindo o rebanho a 34.273 cabeças, ocorrendo assim uma retração de 26.632 cabeças.

Nos últimos trinta anos, a pecuária de ovinos sofreu drástica queda, passando de 76.765 cabeças, no ano de 1970 para 34.273 cabeças no ano de 2000, o que resultou uma queda de 42.492 ovinos. Ressalta-se também, que o significativo declínio é consequência entre outros fatores, do aparecimento de

fibras sintéticas na indústria, entre outras, uma vez possuem um custo de produção menor do que a lã, a qual é extraída dos ovinos de forma muitas vezes artesanal, necessitando de uma numerosa mão-de-obra.

No processo produtivo Castilhense, o setor agrícola sempre se destacou, como já foi ressaltada, a soja vem nas últimas décadas buscando espaços cada vez maiores, voltada para uma agricultura comercial e agroexportadora, sempre com o intuito de abastecer o mercado externo. Com isso, a pecuária cede parte de suas áreas para uma agricultura amplamente mecanizada e com alta tecnologia

Nos Estados Unidos a soja é industrializada e transformada em óleo, voltada para a grande indústria alimentícia, já na Europa, serve de ração animal, assim, tendo esse destino para a leguminosa, que varia em média de dez a treze dólares (US\$ 10,00 a US\$ 13,00) a saca de sessenta quilogramas (60 Kg) no mercado internacional. (Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos - COTRIJUC)

No ano de 1960, onde a soja tinha pequena relevância comercial, pouca divulgação e conhecimento por parte dos agricultores, apenas alguns produtores a cultivaram, com 234 toneladas do produto em uma área de 236 hectares, ou seja, baixa produtividade, com 991 Kg/ha ou ainda 16,5 sacos/ha. Nos anos 60 esses 236 hectares correspondiam ha 0,12% da área rural do Município.

Já dez anos mais tarde, em 1970, o mercado externo ampliou a demanda, em conseqüência, o governo brasileiro incentivou a produção da soja através de largos financiamentos, dando menor importância para outros cultivos e a pecuária.

Assim, as grandes multinacionais oriundas dos países que compravam e compram a soja brasileira, se estabeleceram no Brasil com a finalidade de vender seu modelo tecnológico (Maquinários e Insumos), para uma maior produção da soja e, também, atrelar suas relações comerciais.

No ano de 1970, o município de Júlio de Castilhos produziu 3.314 toneladas em 3.441 hectares, mas mesmo com o aumento da produção e da

área cultivada, a produtividade continuava muito baixa, diminuindo ainda mais em comparação a década anterior, com 963 Kg/ha ou 16 sacos/ha.

A produtividade é um fator muito importante para o modelo capitalista agroexportador, pois deste advém o lucro que só começou a ser alcançado no Município, na década de 1980, onde foram colhidas 53.317 toneladas no respectivo ano, em uma área de 49.492 ha, com produtividade de 1.077 Kg/ ha ou 18 sacos/ha.

No ano de 1990 a soja conquistou cifras até então nunca vistas, com 106.080 toneladas produzidas em uma área de 52.000 ha, onde sua produtividade foi de 2.040 Kg / ha ou 34 sacos/ ha. Este número só foi alcançado por causa da grande tecnologia acumulada ao longo das últimas décadas, empregadas no campo. Também podemos salientar que, nesta década surgiu em Júlio de Castilhos a técnica do plantio direto⁵, superando e pondo em questionamento o plantio convencional, pois este, degrada com mais intensidade os solos.

No censo agropecuário de 2000, a soja do Município diminuiu sua produção, pois esta em dizer que o distrito de Quevedos, ao oeste de Júlio de Castilhos, tinha se emancipado em anos anteriores, assim, levando parte do território agricultável. A instabilidade climática também propiciou a queda da produtividade no Município, pois foram colhidos 86.400 toneladas do grão, em uma área de 48.000 hectares, com produtividade de 1800Kg/ha ou 30 sacos/ha.

No ano seguinte, em 2001, outro salto da produção da soja, atingindo 120.000 toneladas e, sendo mais surpreendente no ano de 2003, com uma supersafra do produto, a soja Castilhense superou todas as expectativas de produção, concebendo um novo recorde até então não conhecido, com uma marca de 172.800 toneladas.

Conforme a análise até o momento, pode ser observado que o latifúndio pastoril, somado a agricultura capitalista, sempre foram prioridades para o agrário de Júlio de Castilhos.

Essa realidade começa a tomar outra configuração quando o MST chega a Júlio de Castilhos através de dois assentamentos, um datando de 1989 e o outro em 1996.

A Fazenda da Ramada possuía uma área de 2.649,40 hectares, foi a primeira a ser desapropriada, sendo transformada no Assentamento Nova Ramada a 22 quilômetros ao leste da sede do Município. Após a desapropriação foram assentadas 101 famílias, assim, fragmentando um latifúndio improdutivo e transformando em um território da agricultura familiar. Cada família recebeu um lote de aproximadamente 26 hectares.

O segundo assentamento tem sua gênese no ano de 1996, após um litigioso processo de desapropriação, 72 famílias foram assentadas na Fazenda Alvorada que possuía uma área de 1.569,30 hectares, ou seja, cada família recebeu aproximadamente um lote de 21 hectares. Esse assentamento fica a 15 quilômetros ao sul da sede municipal.

A partir dos anos 80 / 90, os dois assentamentos começam a cultivar produtos agrícolas que até o momento, eram pouco expressivos ou até mesmo inexistente no espaço agrícola castilhense. Vários produtos tiveram destaque, como por exemplo: o milho, o trigo, a batata-doce, a batata-inglesa, a laranja, e até mesmo uma nova modalidade de pecuária, a pecuária leiteira.

A produção de milho foi surpreendente, no ano de 1980 foram colhidas 9.177 toneladas do grão, dez anos mais tarde em 1990, quase dobrou a produção em função do primeiro assentamento, assim, chegando a 16.200 toneladas. No ano de 2000 a produção dobrou novamente, devido ao segundo assentamento, chegando a 32.000 toneladas de grãos de milho. A produção do milho tem duas finalidades, a primeira é o consumo humano (fubá); e a segunda, é a alimentação da criação animal que compõem a subsistência familiar (frangos, suínos e a pecuária leiteira).

O trigo, também aumentou sua produção na última década, no ano de 1990 foram colhidas 6.600 toneladas, no ano de 2000, esse cereal chegou à produção de 16.220 toneladas colhidas nas lavouras castilhenses.

Outro destaque na produção agrícola é a batata-doce, foram colhidas 80 toneladas no ano de 1990. Uma década mais tarde, no ano de 2000, foram produzidas 420 toneladas, ou seja, mais que quintuplicando a produção.

Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), a lavoura permanente com a produção de laranja, na década de 70 em Júlio de Castilhos era inexistente, no censo agropecuário de 1980 a produção foi de 1.975.000 frutos, algo pouco representativo perante outras culturas priorizadas no momento. Uma década mais tarde, no ano de 1990, já com o primeiro assentamento do MST, foram colhidas 6.800 toneladas da fruta e, no ano de 2000, com o segundo assentamento do MST, a produção chega a 9.600 toneladas.

A mandioca ou aipim muito utilizado na base alimentar do brasileiro, também teve seu destaque no espaço agrário em estudo, onde sua produção foi de 3.604 toneladas no ano de 1980, com um salto para 20.000 toneladas no ano de 1990. Esse aumento é correspondido pela agricultura familiar realizada pelo assentamento Nova Ramada.

No espaço agrário do município de Júlio de Castilhos observam-se três territórios distintos: o primeiro e mais tradicional é o território da pecuária que detêm o fator terra; o segundo e mais dinâmico nas suas relações é o território da agricultura empresarial (soja), que detêm o fator econômico via financiamento; e o terceiro, a agricultura familiar dos assentamentos rurais, que detêm o fator da diversificação da lavoura, a de subsistência e principal fornecedora de alimentos para o urbano local. Assim, pode ser observada a nova configuração no espaço agrário Castilhense, o qual teve sua gênese no século XVIII com latifúndio pastoril (bovinos), cedendo áreas no século XX para a lavoura empresarial da soja (1970) e a agricultura familiar (1980 / 90).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as análises realizadas, foi observado que ao longo dos últimos trinta anos, no município de Júlio de Castilhos, o setor

primário compreendido pela agropecuária, sofreu significativas transformações em sua estrutura produtiva.

Após a década de 1970, baseada nos fatores da modernização, a agricultura sofreu transformações, sistematizando e aumentando a produção e a produtividade, em consequência da mecanização, correção de solos com adubos químicos e visando a comercialização internacional para os grãos.

Dessa forma, a agricultura se expandiu sobre as áreas ociosas de campos nativos ou ocupadas pela pecuária extensiva, pois a farta dimensão espacial do Município foi o que condicionou o desenvolvimento da exploração da terra de negócio que se concretiza no arrendamento e na parceria. Mas, deve ser ressaltado que a estrutura fundiária da terra pouco ou quase nada foi modificada.

Apesar da pecuária ainda deter 60% da economia do setor primário e a agricultura os 40% restantes, é relevante salientar que há quarenta anos atrás a participação da pecuária era ainda maior.

O processo de reorganização espacial em Júlio de Castilhos foi decorrente de cinco fatores principais: (1) a disponibilidade de áreas propícias à agricultura amplamente mecanizada (essas condições favoráveis devem-se à topografia suave da área e fertilidade dos terrenos); (2) a necessidade de diversificar a produção, no sentido de proporcionar alternativas ao proprietário da terra face às instabilidades climáticas; (3) a euforia do chamado "milagre brasileiro" que proporcionou grande produtividade física da soja no Município, atuando assim como elemento propulsor para a expansão da lavoura empresarial; (4) a falta de subsídios governamentais (políticas) a que está relegada a pecuária, fazendo com que o pecuarista, através de cessão do solo, obtivesse outras formas de renda; e (5) grandes quantidades de terras ociosas formadas pelo latifúndio pastoril que propiciou a implantação dos assentamentos rurais.

Ressalta-se também que, mesmo tendo penetrado em áreas predominantemente de pecuária, as culturas temporárias a elas não se

associaram, mantendo-se como atividade independente e diferenciada na estrutura agrícola do Município.

Porém, a partir da década de 1980 e 1990, começa a implantação de assentamentos rurais em Júlio de Castilhos e seus efeitos sobre a estrutura fundiária do município. O motivo pelo qual os três assentamentos são formados no Município deve-se as grandes extensões de terras ociosas formadas pelo latifúndio pastoril. Aproximadamente 250 famílias que correspondem a 29,3% da população rural, vivem onde antes haviam apenas três propriedades. Os fluxos de bens e serviços no comércio de Júlio de Castilhos aumentaram consideravelmente, pois os três assentamentos dinamizaram a economia municipal.

É relevante salientar que os três territórios presentes em Júlio de Castilhos, (Pecuária, Lavoura Empresarial e os Assentamentos Rurais) estão sobrepostos no espaço castilhense formando mosaicos, mesclas de formas e funções. Isso é observado ao transitar-se pelas estradas interioranas do Município, onde frações dos territórios se intercalam, não respeitando nenhum padrão espacial.

Cada território imprime no espaço suas características resultantes de suas atividades, mas no decorrer dos tempos, outros territórios surgem e competem nesses espaços, dessa forma, dinamizam o espaço geográfico através das relações de seus agentes em prol de suas atividades. Através da proposta de análise espacial, elaborada por Milton Santos, a percepção de cada território é compreendida através de suas formas, funções, estruturas e processos, o que distingue um território de outro.

Assim, percebe-se que os três territórios rurais sobrepõem-se em Júlio de Castilhos, e entre si, mesclam, dinamizam e articulam o Município. Mas essa realidade não significa que os mesmos se equivalem em dimensões territoriais, pois ainda a pecuária detêm de forma majoritária as terras castilhenses. Mesmo assim, os assentamentos rurais têm um grande potencial em expandir sua abrangência, pois esse território em Júlio de Castilhos representa apenas

2,88% das propriedades, ou seja, uma ínfima parcela entre propriedades gigantescas e alguns latifúndios.

6 – NOTAS

1. Pesquisa desenvolvida no Grupo de Pesquisa em Educação e Território GPET/CCNE/UFSM.
2. Mestre em Geografia / PPGGGeo / CCNE / UFSM e Doutorando do PosGea / IG / UFRGS.
3. Professor Adjunto GCC / CCNE / UFSM.
4. Diz-se de raça de bovinos originaria da França de carne muito apreciada.
5. Sistema de plantio moderno, onde há o mínimo de movimentação com o solo, sem a utilização do arado, conservando as restavas. Auxilia na conservação dos nutrientes e umidade do solo.

7 – BIBLIOGRAFIA

BRUM, A J. Modernização da agricultura – trigo e soja. Ijuí, Vozes, 1988. 200p.

COSTA, F. Terra de Vila Rica: Contribuição ao Estudo da História do Município de Júlio de Castilhos. 1 ed. Júlio de Castilhos: Prefeitura Municipal de Júlio de Castilhos, 1991. 480p.

DAVID, C. de A estrutura da produção agrícola e as transformações decorrentes da modernização da agricultura no Município de São Sepé – RS. Rio Claro, IGCE – UNESP, 1995. 175 p. (Dis. Mestr.)

EHLERS, E. Agricultura sustentável – origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba, Agropecuária, 2^a. Ed. 1999. 157p.

FUNDAÇÃO ECONOMICA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. (FEE). A agricultura no Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: FEE, 1978. Vol 3.

FUNDAÇÃO ECONOMICA E ESTATISTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER.
(FEE). Anuário estatístico anos de 1991, 1992, 1993, 1994 e 1997. (CD ROM).
Porto Alegre: Rio Grande do Sul.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
(FIBGE) Censo Agropecuário de 1960, 1970 e 1980. Rio de Janeiro: Rio de
Janeiro.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
(FIBGE) Censo Agropecuário de 1990 e 2000. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listab.asp?c=1612&z=t&o=11>>.
Acesso em: 25 abr. 2006.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas,
1999.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo
brasileiro. In: STÉDILE, J. P. (Coord.) A questão agrária hoje. Porto Alegre:
Editora UFRGS, 1994.

HEIDRICH, A. L. Além do Latifúndio: Geografia do interesse econômico
gaúcho. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. 212p.

KLIEMANN, L. H. S. RS: Terra e Poder – História da questão agrária. Porto
Alegre, Mercado Aberto, 1986. 176 p. (Documenta, 21)

LUDKE, M.; ANDRE, M. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São
Paulo: EPU, 1986.

MARAFOM, J. G. A dimensão espacial do complexo agroindustrial soja no
estado do Rio Grande do Sul. RJ. UFRJ. 1998. 225p. (Tese de Doutorado)

MESQUITA, O.V.; GUSMÃO, R. P. de; SILVA, S. T. Modernização de agricultura brasileira. Rio de Janeiro, 1977. (R. Bras. Geogr., Rio de Janeiro, 39 (4): 3 – 65, out/dez 1977)

MÜLLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: Hucitec/Educ, 1989. 150p.

PRADO JUNIOR, C. A Questão Agrária no Brasil. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.161-172.

SILVA, J. G. da. Tecnologia & Agricultura Familiar. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 238p.

TAMBARA, E. RS: modernização & crise na agricultura. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 95p.

Artigo encaminhado para publicação em novembro de 2009.
Artigo aceito para publicação em dezembro de 2009.